

## SOBRE A INTELIGÊNCIA E A VAIDADE: UM BALANÇO DO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Heiji Tanaka\*

*“Melhor não profetizar,  
especialmente sobre o futuro.”*

(Oscar Wilde)

**RESUMO:** O mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso se encerrou no dia 31 de dezembro de 2002. Com ele se encerra um momento importante da nossa história, uma transição do país para o século XXI, e em seu eterno anseio de ingressar na modernidade. Podemos, pois, fazer um balanço desses oito anos de seu mandato, uma herança que teremos de carregar por, pelo menos, uma nova geração que começa a fazer parte da história desse país. Essa é a intenção desse sucinto trabalho: qual a marca que a presidência de Fernando Henrique parece ter deixado entre nós?

**PALAVRAS-CHAVE:** Fernando Henrique, Brasil moderno, neoliberalismo, realismo político, modernização, reformas do governo.

### ABOUT THE INTELLIGENCE AND VANITY: A BALANCE OF FERNANDO HENRIQUE CARDOSO'S GOVERNMENT

**ABSTRACT:** The Fernando Henrique Cardoso's mandate finished on December 31th in 2002. With it finish an important moment of our history, a country's transition to the XXI century, and in its eternal anxiety to join in the modernity. We can, so, do a balance of this eight years of mandate, an inheritance which we will carry for, at least, a new generation that begins to be part of the history of this country. This is the intention of this brief work: What's the mark which Fernando Henrique Cardoso's presidency seen have left among us?

**KEY-WORDS:** Fernando Henrique; modern Brazil; neoliberalism; politic realism; modernization; politics's reforms.

---

### INTRODUÇÃO

O período presidencial de Fernando Henrique Cardoso, depois de oito anos, chegou ao seu final. Após a redemocratização, talvez, nenhum outro presidente esteve cercado de uma aura tão misteriosa. Com Sarney, a esperança era de que o país voltaria a viver num clima de liberdade política e cultural. Não se esperava muito mais que isso de um vice-presidente que se tornou titular do cargo por uma fatalidade do destino. Com Collor, a esperança era que, com a sua juventude e arrogância, pudesse vencer a corrupção e a inflação. No fim, a história mostrou, mais uma vez, o seu lado trágico. No caso de Itamar Franco, não se esboçava nenhuma grande esperança quanto ao seu mandato. Até porque, um vice, que ainda pegava as coisas pela metade, não poderia fazer muita coisa. Talvez, por isso, o seu governo legou algumas coisas positivas, produto da modéstia, como o resgate de certos valores como a humildade e a honestidade. Mas com Fernando Henrique, um intelectual graduado, originário de um meio bastante diferente das tradicionais oligarquias que governaram o país ao longo da sua história, as esperanças eram outras e imensuravelmente maiores.

### Um Presidente Moderno?

Intelectual de formação, Fernando Henrique já chegou à política partidária com uma certa maturidade em meados da década de 70. Nascido em 1931, foi professor das melhores universidades do mundo, escreveu obras de peso sobre o desenvolvimento econômico, foi senador da República e ministro de Estado, antes de chegar à mais alta magistratura do país. Quando foi eleito presidente, Fernando Henrique contava com 63 anos de idade, cabelos grisalhos e uma visão bem mais ampla do mundo do que os seus antecessores. Não era um provinciano do Maranhão, das Alagoas ou das Minas Gerais. Tínhamos um presidente cosmopolita, viajado, conhecido em várias partes do mundo - seja dos tempos de Academia ou já como homem de Estado. A presidência de Fernando Henrique deveria ser diferente. A pergunta que fica é: ela foi diferente?

A grande promessa que se desenhava no horizonte era que agora o Brasil iria ingressar no mundo da modernidade, do avanço social e tecnológico, enfim, da globalização. Seríamos colocados no mesmo patamar dos países do chamado Primeiro Mundo, teríamos um peso nas relações internacionais, participaríamos de forma mais efetiva do comércio mundial. Se

---

\*Docente de História da UNIPAR

passamos toda a nossa história contemplando o mundo, agora era vez do mundo contemplar o Brasil, as suas grandezas e as suas potencialidades. Havia chegado a nossa hora e a nossa vez. Diferentemente da época dos militares, esse discurso não emanava de um ufanismo inconsistente ou de uma propaganda oficial destinada a alienar a sociedade e esconder as nossas mazelas. O próprio presidente já afirmara que “o Brasil não é um país pobre, é um país injusto”. As nossas mazelas eram reconhecidas, até porque o nosso magistrado era um... sociólogo! A confiança que se depositava no governo, embalada pela inflação debelada com o Plano Real, vinha dos mais variados segmentos da sociedade, desde a elite aos mais desfavorecidos. O novo presidente, que durante a campanha teve que “tomar um banho de povo” de acordo com o senador Guilherme Palmeira - um coronel das Alagoas indicado primeiramente para ser o vice -, conseguiu criar esse clima de confiança e euforia em torno de si e procurou manter esse clima enquanto foi possível. E então, no primeiro dia de 1995, o novo presidente era empossado para um mandato de quatro anos. Quanta esperança não renascia naquela cerimônia de entrega da faixa presidencial, num salão repleto de estadistas, intelectuais e artistas! Daí, olhando em retrospecto, a pergunta que não se apaga é: o governo Fernando Henrique foi diferente?

Quando da eleição de 1994, o PSDB de Fernando Henrique se empenhou numa aliança, um tanto bizarra, com o PFL das velhas oligarquias do país como Antonio Carlos Magalhães, Jorge Bornhausen e Marco Maciel (indicado para a vice-presidência depois de algumas acusações de corrupção que envolviam o nome de Palmeira) e outros nomes estranhos ao ninho dos tucanos. A aliança foi justificada em nome do realismo (ou pragmatismo) político, com a finalidade de garantir a vitória eleitoral e a posterior governabilidade. Por outro lado, o mesmo Fernando Henrique lembrava da necessidade da aliança para não repetir o mesmo erro, quando concorreu à prefeitura de São Paulo em 1985 e acabou sendo derrotado por Jânio Quadros, onde esnobara grupos que lhe ofereciam apoio político. Dessa vez, Fernando Henrique entrara para ganhar. Mesmo com essa estranha aliança, o candidato do PSDB não perdeu a sua aura de modernidade, representando, até mesmo, o papel de donzela sem alternativa. O que levou a professora Ruth Cardoso, esposa do candidato, a afirmar que o PFL “não era apenas ACM” e tinha também um lado moderno.

A aliança com as oligarquias tradicionais parecia ser o preço a ser pago pelo país para ingressar na modernidade, superar o secular atraso do seu sistema político e econômico, atrelado aos interesses paroquiais dos velhos coronéis. Diante disso, parecia que o processo necessitava dessa relação, diríamos, “dialética”, entre o velho e o novo para originar uma síntese que inaugurasse uma realidade diferente. Por isso, mesmo com todo aspecto estranho em ver um sociólogo de renome internacional, fluente em várias línguas, sofisticado intelectual e politicamente, caminhando com um disfarçado constrangimento entre as velhas raposas das tradicionais oligarquias do país, comendo buchada de bode e andando de jegue, a aliança foi considerada estratégica, não em nome da vitória na eleição em si mas em nome da futura governabilidade do país. Mesmo porque, como disse a futura primeira-dama, havia um lado de modernidade no PFL representado, em especial, pelo filho de Antonio Carlos Magalhães, Luís Eduardo - já despontando como um grande líder das hostes liberais.

## Um Presidente para a História?

No entanto, havia uma outra preocupação para Fernando Henrique além da governabilidade do país, evitando a paralisia e o impasse num momento delicado da nossa história política. Essa preocupação estava voltada para um lado estritamente pessoal e até prosaico do presidente: a construção de sua biografia como homem público. Apesar de prosaico, para os que não possuem essa preocupação, é natural que os líderes de uma época se voltem para essa questão, imaginando como serão tratados pela história, como serão vistos nos livros, como serão lembrados pelas pessoas que não viveram aquele momento, enfim, como serão lembrados num futuro mais distante. Essa era a preocupação mais íntima do presidente, conseguir construir uma imagem positiva de si mesmo para a posteridade, a imagem de um grande estadista, que conduziu o país para uma nova fase de sua história. Em conversas informais, Fernando Henrique citava, com frequência, exemplos e contra-exemplos de presidentes do país, excluindo para todos os efeitos, curiosamente, o nome de Getúlio Vargas. No primeiro caso, encontrava-se Juscelino Kubitschek; no segundo, encontravam-se Jânio Quadros, José Sarney e, mais recentemente, a desastrosa presidência de Collor de Mello. Os exemplos falam por si mesmos.

A inspiração em JK não era fortuita. A sua presidência marcou o período de maior otimismo na história do país. A própria imagem de JK era a de um homem alegre, dinâmico, confiante no futuro que estava construindo para o país. O slogan “50 anos de progresso em 5 de governo”, traduzia a dimensão e a grandeza da obra que JK esperava realizar. Através de um governo empreendedor, numa época que governo bom era sinônimo de tocador de obras, a presidência de JK tornou-se sinônimo de desenvolvimento e modernização. Os grandes investimentos realizados pelo Estado, a indústria automobilística, o discurso e os gestos nacionalistas, a construção de Brasília, são coisas que marcaram, para o bem ou para o mal, profundamente a nossa história. O Brasil podia sonhar em ser uma grande potência no futuro, ocupar um papel relevante no cenário internacional. Apesar de toda distorção da realidade e das conseqüências desastrosas do seu governo, o que ficou para a história foi uma imagem extremamente positiva do governo e benevolente em relação à sua pessoa. Os aspectos negativos que existiam eram solenemente ignorados, colocados numa espécie de balança da história, onde os pontos positivos compensavam, com sobra, os pontos negativos de sua presidência. Era nessa imagem que Fernando Henrique procurava se espelhar - o homem que estava abrindo os caminhos do país para o novo século - apesar de percalços que inevitavelmente iriam surgir ao longo dessa trajetória.

Os contra-exemplos também tinham os seus motivos. Jânio Quadros era simplesmente despreparado para o exercício da presidência, e imaginou que governaria amparado pelo povo com a retaguarda dos militares, receosos do vice-presidente de então - o getulista João Goulart. Ao ato impensado da renúncia sobreveio a mais séria crise política do pós-guerra que desembocou na feroz ditadura militar de 1964. Fernando Henrique gostaria, também de evitar os erros cometidos por José Sarney, que não conseguiu manter o controle sobre os seus próprios aliados apesar de ter retalhado o governo entre eles. A fragilidade da presidência paralisou todo o governo e o que restou foi o melancólico “feijão com arroz” do ministro Mailson da Nóbrega enquanto a inflação galopante atingia

patamares estratosféricos. Ao final do mandato, Sarney era uma figura isolada, sem força política, sequer, para influenciar o processo sucessório, alvo de pesadas críticas sem ninguém para defendê-lo. Se existiu um retrato da solidão do poder, esse retrato foi o de José Sarney ao final de seu mandato. Com Collor, a situação fazia lembrar Jânio; contudo, com a diferença de que Collor desafiava os partidos políticos e parecia poder governar sem eles. Um grande engano, segundo o presidente sociólogo. Às primeiras denúncias de corrupção, o governo Collor ficou isolado da sociedade porque não tinha a intermediação dos partidos para servir de anteparo. Era preciso, pois, não cometer os mesmos erros.

Por isso, quando o novo presidente assumiu a presidência, não tardou para que outros partidos menores, e outros nem tanto, se agrupassem em torno do novo grupo no poder. Como não poderia deixar de ser, os ministérios foram retalhados a fim de pacificar os mais diversos interesses políticos e partidários. Era (e continua sendo) muito difícil escapar da velha fórmula de se fazer política no Brasil, ou seja, distribuindo cargos. O país estava se modernizando, mas o sistema político continuava (e continua) o mesmo. Assim, ao PFL coube o ministério da Previdência Social, a Secretaria da Receita Federal e, na cota pessoal de Antonio Carlos Magalhães, o ministério das Minas e Energia. O PMDB, esfacelado pelas lutas intestinas, contentou-se com os ministérios dos Transportes, do Meio Ambiente e do recém-criado ministério da Integração Nacional (leia-se, fisiologismo nordestino). Os ministérios menores foram sendo rateados de acordo com as necessidades momentâneas. O mérito do presidente foi ter imposto os seus nomes nos ministérios que considerava estratégicos para a condução do seu projeto de governo: Fazenda, Saúde, Planejamento, Comunicações e Educação. Além do que, as presidências do Senado e da Câmara foram entregues, respectivamente, ao PMDB e ao PFL, formando um tripé partidário com as três presidências. Com isso, esperava-se que o Executivo teria o apoio necessário para fazer aprovar as várias reformas que o país necessitava para avançar rumo à modernidade. E reforma era o que não faltava: reforma política, partidária, tributária, financeira, universitária, previdenciária e administrativa entre as mais importantes.

Essa aglutinação, um tanto amorfa em torno do presidente, tem suas raízes num tempo muito mais remoto do que se possa imaginar. E se ampliou pela vontade de Fernando Henrique, conhecedor das variações nos humores dos nossos governadores, deputados e senadores. Ao ampliar a chamada “base governista”, o presidente queria contar com uma maioria folgada nas votações de temas mais polêmicos, mesmo quando houvesse algumas dissidências. Era uma aliança de tendência nitidamente à direita no figurino político, o que não incomodava, de modo algum, os nossos social-democratas convertidos aos novos tempos do liberalismo. A questão era conseguir avançar nas reformas imprescindíveis para colocar o país nos trilhos da modernidade e inserir o Brasil no processo de globalização que já estava em andamento. Um PFL modernizador era algo difícil de engolir, porém, para Fernando Henrique era possível realizar essa conversão um tanto quanto milagrosa.

A partir dessa fórmula aglutinadora, independentemente do preço a ser pago pelo consenso a ser conquistado, Fernando Henrique procurou forjar o seu próprio destino na presidência. Ele mesmo afirmava que a maior virtude de um governante seria saber ouvir os seus interlocutores, mesmo

que não concordasse com as teses deles, saber suportar com paciência as críticas de adversários e aliados e, por fim, conversar muito com todas as lideranças. Governar era a arte de convencer a todos da necessidade de tomar certas decisões. Assim como, a Política, para o presidente, era realizar uma “utopia realista”, buscar o possível e não o improvável. A virtude estava na capacidade de prever os movimentos políticos necessários para o país, dar um direcionamento a eles sem maiores sobressaltos. Percebia-se em Fernando Henrique uma grande preocupação em manter-se atrelado à realidade do país, sem exigir mudanças drásticas no pensamento político e social das elites. Não haveria espaços para gestos histriônicos, decisões surpreendentes, voluntarismo político das massas ou do governante. Com toda razão, o presidente era um homem cético.

Assim, a primeira metade do mandato presidencial foi consumido inteiramente para garantir a pretensa estabilidade econômica e a consolidação do Plano Real, que seriam as premissas para vencer as fragilidades estruturais da nossa economia. As reformas mais importantes ficariam para o período final do governo. Porém, como é sabido por todos, o apoio político a um governo vai decrescendo na exata proporção em que seu mandato chega ao final. Daí que uma outra prioridade foi colocada na pauta política do país: a reeleição dos ocupantes dos cargos do poder executivo. Ao longo da nossa história republicana, esse preceito jamais havia sido colocado em prática. Alegava-se que era um modelo mais democrático, impedindo que governantes tivessem uma prolongada permanência no poder e garantia uma saudável alternância do poder. Sabemos o quanto era ilusória essa idéia - basta lembrarmos da nossa I República e a política do café-com-leite.

### Um Presidente Predestinado?

A idéia da reeleição ganhou força apesar do disfarçado apoio do presidente que, inicialmente, aparentava um certo constrangimento que foi desaparecendo na mesma medida em que seus aliados conseguiam seduzir um maior número de entusiastas dessa idéia. O principal coordenador dessa ação era a figura de Sérgio Motta, então ministro das Comunicações e amigo de longa data do presidente. O ano de 1997 foi todo ele consumido nas infindáveis negociações com deputados e senadores para a aprovação de uma emenda constitucional para acrescentar o princípio da reeleição, que, para ser aprovada, teria que contar com a aprovação de 3/5 das duas Casas do Congresso Nacional. Para tanto, Fernando Henrique e os seus aliados, lançaram mão de um artifício tão eficaz quanto antigo na política brasileira: a troca de favores. O esforço concentrado de ministros (Sérgio Motta) e de deputados e senadores (a família Magalhães, por exemplo) para convencer as suas bancadas era intensificado com promessas de verbas, nomeações para cargos políticos e, no extremo, a compra de votos no plenário. As suspeitas de que deputados receberam até 200 mil reais, para votar favoravelmente à emenda constitucional, foram abafadas com certa tranquilidade pelo governo. Desse modo, a reeleição foi aprovada, valendo para os próprios ocupantes que já estavam no poder.

Desse modo, as promessas feitas por Fernando Henrique ganharam uma sobrevida de mais um mandato. Se não ganhasse a eleição de 1998, poderia alegar que lhe faltou tempo para realizar todas as reformas necessárias. Agindo

dessa forma, o presidente ganhava mais um argumento para a sua campanha pelo segundo mandato. Era uma aposta na continuidade. Uma aposta que, como se sabe, alcançou o resultado esperado. Apesar das tragédias de abril desse ano, quando em menos de uma semana faleceram Sérgio Motta e Luís Eduardo Magalhães, o grupo de aliados do presidente conseguiu se reorganizar e garantir a vitória de Fernando Henrique. Na eleição de outubro de 1998, Fernando Henrique foi reeleito já no primeiro turno sem muito esforço.

A morte desses dois aliados parece ter marcado profundamente o presidente. No caso de Luís Eduardo Magalhães, apesar do pai, era um interlocutor confiável aos olhos de Fernando Henrique, uma promessa do PFL que vislumbrava o poder sem ter que se submeter ao papel de coadjuvante por causa da falta de quadros para atingir o poder federal. Uma incapacidade que faz lembrar a UDN de Carlos Lacerda durante a República Liberal. Com certeza, Luís Eduardo era o bilhete premiado de 2002. A sua morte obrigou o PFL a rever o seu papel na aliança de poder na esfera federal e o obrigou a se apegar na aventura de Roseana Sarney e, posteriormente, na aventura de Ciro Gomes. O PFL perdeu um pouco de sua orientação congênita de ser governista. E quando pretendeu caminhar com as próprias pernas, entrou num beco sem saída. É bom falarmos em hipóteses. Talvez, com Luís Eduardo vivo, seu pai não teria, ele próprio, se colocado numa posição constrangedora no Senado e, tampouco, o PFL teria se desgarrado tão facilmente do presidente, numa atitude intempestiva do senador Jorge Bornhausen, abrindo a oportunidade para o não menos desorientado (e volúvel) PMDB vir a ocupar o papel de aliado preferencial do PSDB.

Sérgio Motta era o amigo do presidente, no sentido mais profundo e mais elevado que a palavra amizade possa ser tomada. A imagem de um consternado Fernando Henrique carregando o seu caixão é por demais comovente - assim como, quando, alguns dias depois, transmitiu as suas condolências ao senador Antonio Carlos Magalhães. (Na ocasião interrompeu uma viagem que estava fazendo à Espanha). Não eram atos políticos. A morte de Sérgio Motta parece ter deixado um vazio em Fernando Henrique que nenhum outro amigo poderia preencher. Sérgio Motta nos faz lembrar daquele amigo que sempre quer resolver as coisas por nós, que quer nos poupar de certos dissabores da vida e que possui até uma certa ingenuidade por isso. O seu porte físico, alto e gordo, já oferecia um ar de protetor dos mais fracos. Era um dos poucos que polemizava de igual para igual com Antonio Carlos Magalhães - que via nele, com razão, uma ameaça ao seu poder. Sérgio Motta se constituía num anteparo para o presidente, aquele que se colocava na posição do "deixa que eu resolvo isso para você". É famosa a frase dele em que dizia que "80% do que eu falo é a mando do presidente e o restante é por minha conta." Na carta de despedida que deixou para o presidente, Sérgio Motta fala das reformas que deveriam ser levadas adiante. E faz um pedido ao amigo: "Não se acovarde. Faça as reformas necessárias". É uma reafirmação do destino a ser realizado por Fernando Henrique.

Um destino que, ao que parece, acabou, infelizmente, não se concretizando na realidade dos fatos. Ao longo do seu segundo mandato, a única preocupação do governo Fernando Henrique foi a de tentar manter uma certa estabilidade econômica. A privatização de empresas estatais, realizadas a toque de caixa, não foi suficiente para frear a dívida pública e, ao mesmo tempo, diminuir os gastos do governo. Os frágeis

alicerces da economia tornaram-se cada vez mais visíveis a ponto de gerar uma certa desconfiança por parte dos investidores estrangeiros. Ao se tornar um administrador de crises intermitentes, o presidente ficou refém de uma opinião pública cada vez mais arredia aos apelos feitos em nome da estabilidade econômica que não lhe traziam nenhum benefício mais concreto e de um Congresso igualmente arredo em relação a um presidente impopular. A reabertura do balcão de troca de favores era um fato inevitável. Dessa forma, Fernando Henrique ia se distanciando, cada vez mais, do destino que havia traçado para si mesmo.

### Um Presidente Maquiavélico?

Ao longo do primeiro mandato e, especialmente na sua segunda metade, Fernando Henrique tentou entronizar a presidência num patamar mais elevado. Ao contrário de Collor de Mello que tentou governar *sem* os partidos, como se eles não existissem, o presidente procurou governar *acima* dos interesses partidários. Com isso, procurou dar uma dimensão maior à principal magistratura do nosso sistema político. O presidente tentou se desvincular das inevitáveis rixas entre os grupos que o apoiavam e que tentavam, de todas as maneiras, conquistar um espaço maior de poder em detrimento dos outros grupos que compunham a base governista. Ao fazer isso, pôde, também, desvincular-se de problemas causados por seus aliados, conseguindo alguém que levasse a culpa pela incompetência do governo em resolver os problemas ou por supostos casos de corrupção e escândalos que pudessem comprometer o seu governo e a sua imagem. Era uma tática inteligente, sem dúvida, e que funcionou enquanto encontrou aliados leais dispostos a se sacrificarem em nome de um projeto maior de poder. Foi assim com Francisco Graziano, Adib Jatene, Mendonça de Barros, Clóvis Carvalho e Celso Lafer.

A inteligência maquiavélica de Fernando Henrique ainda estava para ser colocada à prova. Nesse sentido, temos que admitir que o sociólogo suplantou, em alguns aspectos, as raposas da política tradicional que contavam com um certo *know-how* adquirido pela experiência de vida num ambiente marcado pela adversidade. Ao longo do primeiro e do segundo mandato, o presidente sempre se viu colocado numa posição defensiva, fosse pela agressividade de seus próprios aliados, fosse pela sua natureza conciliadora e paciosa, que aparentava uma certa vacilação ou fraqueza. Antonio Carlos Magalhães usou e abusou dessa situação para reafirmar o seu poder, especialmente depois da morte de Sérgio Motta. O que levava o senso comum a pregar que quem mandava, de fato, no país, era o senador baiano.

No entanto, o primeiro a sofrer com o espírito maquiavélico de Fernando Henrique foi Paulo Maluf. Na eleição para governador de São Paulo de 1998, o presidente procurou manter o seu papel acima dos partidos, enquanto o seu fiel aliado, Mário Covas, sofria os ataques mais pesados de Maluf, cujo partido fazia parte da base governista. Na propaganda do eterno candidato do PPB ele aparecia, sorridente, abraçado ao presidente. Faltou pouco para Maluf vencer logo no primeiro turno. Alguns poderão dizer que foi um simples oportunismo. Porém, na polarização do segundo turno, Fernando Henrique apareceu na televisão para fazer um discurso veemente a favor de Covas - que acabou vencendo, de forma surpreendente o segundo turno, contando, inclusive, com o apoio do PT de

Lula e da família Suplicy. O anti-malufismo mostrava uma força de aglutinação que lhe faltou dois anos antes na eleição para a prefeitura da capital. A vitória sobre o malufismo foi a última grande conquista de Covas - que apenas por isso já merece ser lembrado em nossos livros de História.

Porém, o lance mais esperado ainda estava para acontecer. Em 2001, o senador Antonio Carlos Magalhães foi acusado de fraudar o sistema eletrônico de votação do Senado, podendo ter acesso ao voto de todos os senadores em questões polêmicas - no caso a cassação do senador Luís Estevão, do Distrito Federal. Acusado pelos seus inimigos e abandonado pelos aliados, Antonio Carlos Magalhães se viu na posição, ridícula, de ter que renunciar para não ter o mandato cassado pelo plenário. Junto com Antonio Carlos Magalhães foi sacrificado, também, o senador José Arruda - do mesmo partido do presidente. Fernando Henrique não moveu um músculo para salvar nenhum dos dois. Logo depois, foi a vez do senador Jader Barbalho conhecer o lado impassível do presidente. Encurralado por denúncias de corrupção na Sudam, Barbalho tomou o mesmo caminho que Antonio Carlos Magalhães, renunciando à presidência do Senado. Mais uma vez, o presidente deu de ombros para um antigo aliado. Em ambos os casos, o realismo político do presidente falou mais alto, despachando aliados que estavam se transformando em problemas. E, mais que tudo, o presidente, saía incólume desses episódios.

Esse maquiavelismo do presidente demonstrava o seu lado realista quanto aos assuntos políticos. Todavia, abria uma larga avenida em sua biografia que, em nome do realismo, ele próprio tratou de ignorar. Nenhuma investigação foi levada às últimas conseqüências, as tentativas de fazê-la foram freadas pelo próprio Congresso e os casos de corrupção foram deixados de lado em nome da governabilidade e a credibilidade do presidente foi sendo colocada em dúvida - à exceção do sistema financeiro que continuou a enxergar em Fernando Henrique o melhor presidente da nossa história. Parece que a presidência estava colecionando os pontos fracos de seus amigos e inimigos para serem usados, apenas, quando fossem interessantes do ponto de vista político. Nisso o governo Fernando Henrique mostrou-se extremamente competente.

### Um Presidente Desorientado?

Mas, competente até que ponto?

Em primeiro lugar, ao ponto de não comprometer o papel destinado ao Brasil no cenário internacional. Confiante na inserção do país na nova ordem internacional, Fernando Henrique acreditou, piamente, que o Brasil deveria ocupar uma posição mais relevante nas relações internacionais. O seu esforço em construir uma imagem positiva do Brasil no mundo inteiro, cujo objetivo maior era colocar o Brasil no Conselho de Segurança da ONU, demonstram esse desejo. Pode ter sido um blefe, mas funcionou como um antídoto contra os discursos nacionalistas que ele tentava deixar à margem do cenário político interno. A onda internacionalista já estava em cena. Não é de todo estranho que o presidente passara grande parte dos seus oito anos de mandato viajando mundo afora. A confiança no exterior tinha um outro grande objetivo: assegurar os fluxos de capitais para o Brasil, necessários para a manutenção da política econômica colocada em prática entre nós. Os investidores estrangeiros tinham

que manter a confiança no Brasil para garantir os níveis de poupança para os investimentos. A maior curiosidade nesse sentido era a mudança na terminologia para designar esses grupos: de grosseiros especuladores, passaram a ser chamados de investidores, ocultos num misterioso agente denominado genericamente de *mercado*.

Em segundo lugar, ao ponto de não comprometer os privilégios das elites enraizadas na sociedade brasileira. Alguns setores da elite estavam condenados a perder certos privilégios em detrimento de outros setores dentro da própria elite. Nada que comprometesse os seus privilégios no conjunto. E nada, também, que tocasse na questão na redistribuição da renda e outros temas, tradicionalmente, tão caros à esquerda. Se, de um lado, os latifundiários perderam um grande espaço de atuação, por outro lado, os empresários e os banqueiros haviam ocupado facilmente esse espaço, como demonstram os balanços das empresas nacionais e dos grandes bancos que agradecem todos os dias ao governo Fernando Henrique. Essa política econômica pode não ter sido premeditada, porém, ela favoreceu demasiadamente o sistema financeiro, tornando o governo refém dessa mesma política. Ao fim de seu governo, Fernando Henrique se viu cada vez mais prisioneiro dos grandes conglomerados bancários que, literalmente, fizeram uma chantagem em relação ao seu governo, sem poder oferecer qualquer coisa em troca.

Qualquer decisão tomada pelo governo era encarada pelo onisciente *mercado* como uma ameaça aos seus privilégios conquistados. Nesse cenário, a retomada do crescimento econômico, o aumento das exportações, a geração de empregos, eram vistos com desconfiança porque não faziam parte do livro de receitas que eles liam, atentamente, todos os dias. E o combate entre governo e mercado se reacendia - tendo o governo como o principal responsável por essa situação. O presidente, e os seus assessores mais próximos, sentiram esse drama, por isso pararam de tentar intervir diretamente nessa questão. O segundo governo de Fernando Henrique foi marcado pela inércia, pois qualquer atitude que tomasse seria encarada com desconfiança pelo onipresente *mercado*. Nesse confronto, o governo sempre foi colocado em posição de desvantagem.

As elites se reorganizaram muito bem durante o governo Fernando Henrique, não ofereceram muitas margens de manobra e, muito menos, deixou que seus interesses fossem afetados diretamente. Talvez, o que tenha faltado ao atento sociólogo foi, justamente, a percepção de que a elite não iria acompanhá-lo cegamente nessa aventura de modernidade, despreocupada quanto aos seus ganhos e privilégios. Quando quis cobrar a parte de sacrifício das elites, o presidente não encontrou respaldo em sua tentativa, tendo que jogar todo o ônus da modernidade em cima das classes populares. A elite pode até aceitar coisas como o Bolsa-Escola, mas não está interessada em assumir os custos para construir uma verdadeira nação. Essa visão, com certeza, Fernando Henrique não contava antes de assumir a presidência. Com sua perspectiva de que uma boa conversa resolveria qualquer impasse, o presidente valorizou demais o seu papel, sendo obrigado, ao final do mandato a oferecer algumas migalhas para os mais pobres. A sensação de que o governo havia fracassado no campo social tornava-se cada vez mais evidente.

Sem poder contar com a elite para o seu projeto de país elitista, Fernando Henrique foi sendo isolado politicamente. Mais do que em outras oportunidades, a sua biografia, tão

cuidadosamente construída, estava ameaçada. O presidente, que se empenhara em se colocar acima dos partidos, empurrou todos os casos de corrupção para debaixo do tapete, qual seja, protegeu as elites enquanto pôde, sem conseguir, todavia, atingir as camadas populares. O seu governo ficou paralisado por causa das defecções na própria base governista e na indisposição das elites em promover um projeto nacional para o país. A queda na renda do trabalhador é o maior sintoma da má vontade da nossa elite, que jamais se preocupou com a idéia de uma redistribuição de renda a favor das camadas mais pobres da sociedade. Fernando Henrique não enxergou essa problemática, por isso, ao final do seu mandato, enfrentou crescente oposição dentro das próprias elites que ele tanto beneficiou ao longo de seu governo. Somente o sistema financeiro continuou ao lado do presidente - por motivos óbvios. Beneficiado por uma política econômica restritiva que elevava os juros até a estratosfera, especulando livremente com o câmbio e servindo de intermediário do capital estrangeiro, o sistema financeiro nacional se manteve ao lado do governo mais por conveniência do que por convicção. Os grandes bancos sabem que terão muito a perder com uma mudança (mesmo que leve) da direção de uma política econômica que inibe os investimentos de mais longo prazo. Numa época de incertezas, o sistema financeiro se tornou ainda mais conservador do que em outros períodos.

A saída imediata para reordenar o sistema produtivo sem afetar os interesses da elite foi jogar o fardo do crescimento econômico (leia-se da poupança nacional) sobre os trabalhadores assalariados, que passaram a ser os grandes responsáveis pela paralisia da produção nacional. No presente, o discurso conservador elegeu os trabalhadores como os grandes culpados pelo desemprego e pela estagnação econômica. A solução, para os novos gurus do crescimento econômico, passa pela redução dos custos do fator trabalho, o que implica cortar os benefícios que foram conquistados ao longo do tempo. É certo que a nossa legislação trabalhista não é a melhor do mundo. Todavia, querer, simplesmente, cortar algumas vantagens dos trabalhadores brasileiros em nome da manutenção do emprego não parece ser a solução mais consistente a longo prazo. A crítica em torno do décimo-terceiro salário, um terço de férias, Fundo de Garantia, serve apenas para abrir caminho para uma campanha que possa cortar (ou restringir) esses benefícios. Com toda certeza, não existe nenhuma garantia de que, eliminando esses ganhos, irá ocorrer um aumento da oferta de emprego no país. É mais uma promessa do discurso conservador que não encontra contrapartida na realidade dos fatos. Nesses momentos, o cinismo das elites (nossa e de outros países) mostra a sua maior profundidade. O pior é que Fernando Henrique compactuou, alegremente, com esse discurso, talvez, como última oportunidade para salvar o seu governo. Ao final de seu governo, fazer ou não o seu sucessor, talvez não fosse a sua maior preocupação, mas sim, o espectro de sua tão acalentada biografia que ele pretendia deixar para a posteridade e que não lhe permitiu atuar de modo significativo para a sua própria sucessão.

## CONCLUSÃO

Em 1994, antes mesmo de ser eleito, Fernando Henrique afirmou que “a minha inteligência é maior que a minha vaidade”. Olhando retrospectivamente, temos motivos

para concordar e discordar do presidente nessa afirmação. No entanto, fazendo um balanço, apressado, é verdade, temos a sensação de que, ao longo dos oito anos de seu mandato, o presidente foi ficando cada vez mais vaidoso. Diga-se de passagem que conservou a sua inteligência, grandiosa sob todos os aspectos. Porém, ela não foi utilizada para realizar as grandes reformas que o país necessitava. A reforma tributária, partidária, eleitoral, previdenciária, entre outras, não foram sequer iniciadas. A impressão, melancólica, que fica é que o seu governo poderia ter sido melhor. Imensuravelmente melhor. A sua ousadia consistiu em ter feito tão pouco diante das imensas expectativas, e perspectivas, que giraram em torno dele ao longo dos últimos oito anos. A impressão que fica é que, infelizmente, a presidência deixou Fernando Henrique um pouco mais vaidoso - perigosamente mais vaidoso.

## BIBLIOGRAFIA

- BOURDIEU, Pierre *et* WACQUANT, Loïc. “A nova vulgata planetária” in **Movimento** (Revista de Educação da UFF). Niterói: Nº 2 - setembro de 2000. pp. 161-7.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **A construção da democracia**. São Paulo: Siciliano, 1993.
- FIORI, José Luís. **Os moedeiros falsos**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GALBRAITH, John Kenneth. **A sociedade justa**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- GIDDENS, Anthony. **A terceira via**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- GOLDENSTEIN, Lídia. **Repensando a dependência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- MARTIN, Hans-Peter *et* SCHUMANN, Harald. **A armadilha da globalização**. São Paulo: Globo, 1998.
- TOLEDO, Roberto Pompeu de. **O Presidente, segundo o sociólogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- WEFFORT, Francisco. **Por que democracia?**. São Paulo: Brasiliense, 1985.